

# Os Sem-Terra de Santa Catarina: um movimento em formação<sup>1</sup>

Cristiane Dias de Melo<sup>2</sup>

**A** questão agrária no último governo do regime militar

Sou lavrador e adoro esta luta  
Mas pouco adianta, temos pouco valor  
Porque o grande com sua presença  
Tem a preferência do governador

A nossa terra tão fértil, tão boa,  
Está na mão do dominador  
Por isso mesmo uma reforma agrária  
Seria necessário pro trabalhador

Quantas famílias sem terra existem  
Faça algo, senhor presidente,  
Venho pedir à sua excelência  
A solução para toda essa gente<sup>3</sup>

Aparódia acima foi publicada no Boletim *Cheiro de Terra*, da Comissão da Pastoral da Terra de Santa Catarina, cerca de dois meses após trabalhadores rurais sem-terra conquistarem a desapropriação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, localizado no Extremo Oeste Catarinense. Nos jornais e boletins dos setores que apoiavam ou se envolviam nessas lutas, o tema reforma agrária, nunca ausente, ganhava prioridade. Entre os trabalhadores rurais, que se organizavam cada vez mais em busca de seus direitos, a ocupação passou a ser percebida como uma estratégia poderosa para a conquista da terra.

A ocupação da Fazenda Burro Branco, iniciada em maio de 1980, não havia sido a primeira ocorrida na região sul naqueles últimos anos de ditadura militar no Brasil. Alguns meses antes, em setembro de 1979, 260 famílias, expulsas da reserva indígena de Nonoai, localizada no município gaúcho de Ronda Alta, haviam ocupado 3.200 hectares referentes às glebas Macali e Brilhante da Fazenda Sarandi<sup>4</sup>. Também no Rio Grande do Sul, em 1981, cerca de 500 famílias sem-terra acamparam na estrada que liga Ronda Alta a Passo Fundo, instalando-se

em mais de um quilômetro de estrada, sob barracas de lonas, capim e madeira, numa ação organizada para reivindicar terras ao governo. Esse acampamento ficou conhecido como Encruzilhada Natalino<sup>5</sup>.

Naquele momento, as ocupações que ocorriam na região do sul do Brasil não estavam diretamente articuladas a um movimento regional ou nacional, porém iniciava-se uma identificação e uma aproximação entre os trabalhadores rurais sem-terra que participaram dessas experiências. De acordo com Uczai, alguns representantes dos moradores da Burro Branco estiveram no acampamento da Encruzilhada do Natalino dando apoio aos acampados, incentivando-os a permanecerem firmes nas suas reivindicações e levando-lhes alimentos produzidos por eles nas terras conquistadas em Campo Erê<sup>6</sup>. Em 1982, na 5ª Romaria da Terra realizada pela CPT no acampamento da Encruzilhada, dirigiram-se para lá três ônibus do Extremo Oeste Catarinense com trabalhadores rurais e pessoas ligadas à CPT de Santa Catarina. Entre eles estava Baldomar, considerado um dos principais líderes da ocupação ocorrida em Campo Erê, que foi convidado a se pronunciar na chamada "tribuna do povo" para contar a experiência vivida na Fazenda Burro Branco:

Tem 2.900 hectares de terra e já produzimos boa safra. Não temos o relatório geral, mas mais ou menos 20.000 sacos de feijão e 80.000 sacos de milho. Tem muitos brasileiros que podem matar a fome com esse produto, e a terra tava devarde lá e deixando criar inço. A fazenda Burro Branco era tapera. Hoje não é mais tapera. Hoje é colonos que mora nessa fazenda. Temos um pedacinho de terra pequeno mas o pouco que temos é bem conservada e bem trabalhada<sup>7</sup>.

Baldomar representava um exemplo de vitória a partir da resistência e da luta. Trazia para seus companheiros de Ronda Alta um testemunho de êxito, estimulando aqueles que, ainda acampados, lutavam pelo mesmo propósito. Reforçava o conceito de que a terra deveria ser destinada aos que nela trabalhavam, legitimando a ocupação.

Após cerca de dezessete anos de aprovação do Estatuto da Terra, as ações daqueles trabalhadores rurais

<sup>1</sup> Este artigo é proveniente da Dissertação de Mestrado da autora.

<sup>2</sup> Mestre em História Social, UNICAMP, 2012. Professora de História na ETEC Campo Limpo Paulista.

<sup>3</sup> Trecho da paródia escrita por Luiz Andretta. *Cheiro de Terra*, n.º 10, jan/fev. de 1981. Arquivo CPT-SC

<sup>4</sup> A narrativa detalhada sobre essa ocupação pode ser encontrada em BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

<sup>5</sup> Sobre a Encruzilhada Natalino IOKOI, Zilda Maria Gricoli. As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do M.S.T. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11, n.º 22, mar/ago 1991.

<sup>6</sup> ORO, Pe. Ivo Pedro. Dom José e a luta dos sem terra: a fazenda Burro Branco. In UCZAI, Pedro. *Dom José: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002. p. 206.

<sup>7</sup> *Cheiro de Terra*, n.º 16, fevereiro de 1982.

sem-terra da região sul denunciavam a ineficiente política agrária aplicada pelo governo federal com relação às classes mais pobres que viviam no campo. Todavia, ao aumento da luta no campo correspondeu o aumento da violência contra os que reivindicavam seus direitos, principalmente de capangas e jagunços dos grandes proprietários de terra. Crimes para semear o medo, na maior parte das vezes impunes, ou seja, com a conivência do Estado. Ao lado da violência de milícias privadas, a incriminação das lutas no campo continuou durante todo o governo do presidente João Figueiredo. Um exemplo disso ocorreu em junho de 1982, no estado do Pará, quando os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e alguns posseiros ouviram de pé a conclusão de Sentença do Exército da 8ª Circunscrição da Justiça Militar, com condenações de 8 a 15 anos de prisão. “Belém parecia uma cidade de sítio”, cheio de soldados armados dentro e fora da Auditoria, noticiava a CNBB<sup>8</sup>.

No Sul, o presidente da República também procurou intervir diretamente nos conflitos. Mandou ao acampamento da Encruzilhada do Natalino o coronel do exército Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como coronel Curió. Tentando ganhar a confiança das famílias e impedir a ação de apoiadores, distribuía comida aos acampados, coibindo a entrada de alimentos e roupas trazidas por sindicatos e pela CPT. Acompanhado de policiais e soldados do exército, passou a proibir reuniões e tentar convencer as famílias a irem para as terras de colonização da região norte.

É pressão por todo lado. É uma situação desgrçada. Ele vive chamando colono pra se identificar no barraco dele. E fazendo propaganda pelos auto-falantes. Todos os dias nós temos que hastear a bandeira e cantar o hino nacional. Vocês já viram situação igual? Até parece quartel<sup>9</sup>.

Era uma ação exemplar do que Martins chamou de “militarização da questão agrária”, na tentativa de que as soluções fossem tomadas de cima para baixo, sem a participação ativa dos trabalhadores rurais acampados<sup>10</sup>. Acrescentando-se o objetivo de levá-los para as terras do norte, não ameaçando assim as propriedades dos grandes fazendeiros da região e povoando as regiões mais inóspitas do Brasil. Porém, a maior parte dos acampados não cedeu, exigindo terras no Rio Grande do Sul.

No Oeste de Santa Catarina, qualquer tentativa de ocupação coletiva após o episódio da Burro Branco foi impedida. O Projeto Fundiário do INCRA, que trabalhava desde 1975 na região, executou quinze desapropriações em terras naquela região até o ano de 1982, porém, com exceção da desapropriação da Fazenda Burro Branco, uma extensa propriedade de terras, onde houvera a

ocupação de famílias que reivindicavam seus lotes para plantar e viver, tratava-se de regularizações fundiárias em áreas de pequenas propriedades, já ocupadas por famílias de trabalhadores rurais sem título de propriedade ou posseiros. A atuação do INCRA na região foi, portanto, solução apenas para parte dos trabalhadores rurais do oeste.

### “Aonde anda a reforma agrária?”

No dia 25 de julho de 1982, dia do agricultor, trabalhadores rurais do município de Mondai, Extremo Oeste Catarinense, resolveram escrever uma carta para as autoridades da região. Declaravam que estavam cansados das homenagens que se referiam a eles como “o esteio da nação”, sendo que, por outro lado, as políticas agrícolas e agrárias de favorecimento aos pobres do campo não estavam sendo aplicadas. Queriam com essa carta que aquele dia do agricultor fosse diferente, com maior participação e voz dos pequenos agricultores. Todavia, enviada ao Rádio Porto Feliz daquele município, a carta não foi divulgada, pois os responsáveis pela rádio alegaram conteúdo subversivo. Alguns meses depois, ela foi publicada no boletim da CPT, *Cheiro de Terra*:

Ao transcorrer o dia do agricultor, recebemos muitas homenagens e felicitações, dos comerciantes, industriais, prefeito, vereadores, políticos em geral, Sindicato, Cooperativa e outros.

Queremos dizer a estes homenageadores que a maior homenagem que nos podem dar seria: maior reconhecimento ao nosso trabalho, preços justos, política agrícola justa, leis mais justas, melhor atendimento médico-hospitalar, menos exploração e ganância, sinceridade, honestidade para com o homem do campo, melhor escolaridade para os filhos dos agricultores... E pedimos: aonde anda a reforma agrária?”

Essa era a pergunta que crescia nos setores de luta pela terra naquela região e em todo país. Na avaliação dos que lutavam ou apoiavam a luta pela terra as regularizações executadas no Extremo Oeste não correspondiam a uma reforma agrária efetiva e servia apenas como propaganda de governo. “O governo está fazendo muita propaganda da distribuição de títulos provisórios e definitivos para os posseiros e proprietários em terras não legalizadas. O INCRA anda por todos os lados fazendo a entrega de títulos e diz que isso é reforma agrária”<sup>11</sup>.

O caso catarinense fazia parte de um direcionamento da política agrária do governo federal dada durante o regime militar em todo o território nacional. No livro *A reconquista da terra*, Carlos Minc critica os “fabulosos” números apresentado pelo INCRA no ano de 1984, que apontam para uma grande reforma agrária durante os 20 anos do Estatuto da Terra. Segundo ele, apenas uma pequena porcentagem de títulos expedidos foram de reforma agrária distributiva.

Em 1984 o INCRA anunciou um milhão de títu-

<sup>8</sup> Condenação dos padres e posseiros do Araguaia. *Boletim semanal da CNBB*, Brasília, ano XIII, nº 26, 25 de junho de 1982. Arquivo do CEOM, Chapecó, SC

<sup>9</sup> Esta é a carta pra todo povo que nos ajuda e pras autoridades. Assinam os colonos sem terra da Encruzilhada Natalino. *Cheiro de Terra*, nº 13, julho/agosto de 1981.

<sup>10</sup> MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>11</sup> Carta dos agricultores da Linha Quilombo, Mondai, 25 de julho de 1982. *Cheiro de Terra*, nº 21, dezembro de 1982.

<sup>12</sup> *Cheiro de Terra* nº 16, janeiro/fevereiro de 1982.

los expedidos através da reforma agrária. Na verdade não eram mais que 470 mil, dos quais a maioria fazia parte da política de colonização de novas regiões, como a Amazônia, e regularização fundiária. (...)

Apenas 76 mil títulos correspondem à reforma agrária propriamente dita, desapropriando latifúndio e redistribuindo a camponeses sem terra<sup>13</sup>.

Na análise de Minc, as regularizações fundiárias que entraram no cômputo do INCRA como reforma agrária foram feitas em áreas de posses antigas, onde nada foi transformado, apenas legalizado, assim como as terras da faixa de fronteira catarinense. Acontece que o conceito de reforma agrária anunciado e praticado pelo governo da ditadura militar não era o mesmo concebido por alguns setores, principalmente aqueles ligados à luta pela terra que, em linhas gerais, pretendiam a desconcentração da propriedade rural através da redistribuição para famílias sem-terra.

Para Martins a visão de que regularização fundiária não é reforma agrária tem que ser repensada, pois todo "o atual aparato institucional das oposições para lutar pela reforma agrária nasceu, floresceu e se consolidou com as sangrentas lutas dos posseiros, sobretudo na Amazônia Legal", ao defenderem o reconhecimento legal de seu direito à terra de trabalho. Lembra que as oposições à ditadura, a Igreja e a Contag, definiam a reivindicação dos posseiros como reforma agrária e clamavam por ela com base no Estatuto da Terra outorgado pela ditadura militar<sup>14</sup>.

No entendimento de Martins, todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra pode ser considerado reforma agrária. Vale lembrar, no entanto, que se Martins, no seu livro escrito em 1999<sup>15</sup> procurou legitimar como ato de reforma agrária as regularizações fundiárias executadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em outro momento, em textos escritos nas décadas de 1970 e 1980, foi um crítico das políticas agrárias, incluindo as regularizações fundiárias, do governo da ditadura militar, classificando-as como paliativas e como forma de esvaziamento político do campo<sup>16</sup>.

Ao pensar nessas questões com relação ao Extremo Oeste de Santa Catarina, não poderíamos ignorar a perspectiva de Martins, observando que a luta de posseiros da região oeste de Santa Catarina pela regularização de suas terras no período de ditadura militar foi um ato legítimo de luta pela terra, levando o Estado a reconhecer o seu direito a ela. Todavia, mais do que definir se foi ou não ato de reforma agrária, é necessário analisar a abran-

gência social que aquelas regularizações tiveram. Se por um lado significou a legalização de pequenos lotes de trabalhadores rurais pobres, por outro lado, as regularizações atingiram um limitado número famílias, não atendendo a demanda de sem-terra que se configurava na região.

### A formação do MST em Santa Catarina

Na definição do próprio Movimento dos Sem Terra da região sul, foi "nas bases que surgiram núcleos de sem terra e, a partir deles, Comissões Municipais", que então se articulavam no seu estado através de congressos e encontros, ligando-se por fim à Regional<sup>17</sup>. Em Santa Catarina, a organização começou a ser realizada nos grupos de reflexão e Comunidades de Bases (CEBs) ligados à Igreja Católica. Muito frequentado pela população rural, a igreja era um local privilegiado para levantar discussões sobre a situação em que viviam as pessoas do campo. A partir de lideranças vinculadas à igreja, algumas delas também ligadas aos sindicatos de seus municípios, iniciou-se um trabalho de conscientização e organização entre os sem-terra da região Oeste Catarinense.

A ocupação da Burro Branco, também apontada pela bibliografia como origem do MST catarinense, não contava com uma organização identificada como tal antes do início do processo de luta ocorrido dentro da fazenda. Não obstante, foi um exemplo de vitória para um movimento que começava a se organizar mais amplamente no estado. Muitas vezes Baldomar participava das reuniões de organização, relatando a experiência vivida por ele e pelas outras famílias durante o acampamento e após a desapropriação. Junto às ocupações do Sarandi e da Encruzilhada Natalino, dava legitimidade às lutas que cresciam, reforçando as concepções de direito à terra para o trabalho. Ao mesmo tempo em que demonstrava que a ocupação era a forma mais eficaz de se fazer reforma agrária.

Ainda em 1982, ocorreram outras ocupações no Oeste Catarinense. Segundo um dos fundadores do Movimento Sem Terra em Santa Catarina, cerca de 300 famílias, entre as quais ele também estava, ocuparam três fazendas no município de São Miguel do Oeste. "E daí nós nos encontramos numa reunião da CPT (...). E aí combinamos e entramos. Numa passada lá, só em duas comunidades onde eu morava nós reunimos mais de cem famílias, assim numa passada". Mas apesar de existir uma liderança e a experiência de alguns que "frequentaram lá a Burro Branco", relata que não tinham uma "visão clara do processo". Sem uma direção e uma organização mais sistematizada foram despejados pela polícia. Alguns voltaram, mas o medo fez com que no fim todos fossem saindo<sup>18</sup>. A falta de experiência e de sistematização das ações, no entanto, foram sendo superadas com uma organização que se fortalecia a partir das bases.

<sup>13</sup> MINC, Carlos. *A reconquista da terra: Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 8-9.

<sup>14</sup> MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 101.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Ver por exemplo MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*, op. cit. e MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

<sup>17</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Secretaria Regional Sul. "Histórico do Movimento Sem Terra". Porto Alegre, 1984. CEOM-SC.

<sup>18</sup> Entrevista com um dos fundadores do MST de Santa Catarina. Apud. POLI, Odilon Luiz. *Op. cit.*

O movimento em Santa Catarina passou a ganhar maior representatividade por parte dos próprios trabalhadores rurais que passaram a se integrar aos sem-terra do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em julho de 1982, na cidade paranaense de Medianeira, setenta trabalhadores rurais sem-terra participaram do Encontro dos Sem Terra do Sul do Brasil. Foi um encontro de preparação para o encontro nacional que ocorreria em setembro<sup>19</sup>.

O Encontro Nacional dos Sem Terra foi realizado na cidade de Goiânia, entre os dias 23 e 26 de setembro de 1982, reunido representantes de 16 estados, quais sejam, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. As diferentes realidades se encontravam com um propósito em comum: lutar pela terra. O principal objetivo do encontro era a troca de experiências, discutindo formas eficazes de ação e de articulação nacional do movimento. Na carta final do encontro, foram apontados os diversos conflitos existentes no país e a forma violenta com que eles vinham sendo tratados, muitas vezes com trabalhadores ou apoiadores assassinados. Convocavam a classe trabalhadora do campo para a conscientização e para a luta:

Se nós não nos organizar em nossos sindicatos e associações de classe em nossa região, estado e a nível de país, se não sentarmos juntos, analisar nossa luta, confrontar com esta realidade que hoje escraviza e manipula os fracos, se não fizermos isso nunca iremos sair fora desta vida de explorados e de verdadeira escravidão<sup>20</sup>.

Em 1983 a regional sul intensificou seus encontros. Em janeiro se reuniu em Cascavel, no Paraná. Em junho do mesmo ano, houve uma reunião em Chapecó, com a criação da Comissão Provisória da Regional Sul, da qual passaram a fazer parte dois trabalhadores rurais de cada estado, tendo como função articular as lutas e criar estímulos para que mais sem-terra se organizassem em suas respectivas regiões. Em Santa Catarina, esses representantes eram Baldomar Schregele de Campo Erê e Agnor Bicalho de Joinville.

Atento às movimentações que ocorriam na área rural de Santa Catarina, o governador do estado, Espiridiano Amim, lançava naquele ano o chamado "Fundo de Terras" como eixo de sua política agrária, o qual já havia feito parte de sua campanha em 1982, nas eleições diretas para governador. Em um momento em que alguns trabalhadores rurais passavam a se reconhecer como "sem-terra" e começavam a se fazer visíveis à sociedade, o Fundo de Terras pretendido pelo governador eleito pode ser visto como uma resposta política àquela demanda social. O projeto estabelecia o financiamento de lotes de até 15 hectares, com prazo de 13 anos para serem pagos. A novidade é que o pequeno produtor poderia pagar o finan-

ciamento com a produção. "Não há outra forma de eliminar a miséria do mundo, a não ser dando terra aos homens", discursou o vice-governador Victor Fontana aos agricultores na solenidade do ato de lançamento do programa. Não por acaso, Fontana era ligado à empresa Sadia, agroindústria instalada no oeste catarinense<sup>21</sup>.

Por sua vez, os trabalhadores rurais que se organizavam no estado tinham suas próprias conclusões quanto àquela política do governo estadual. Em um encontro realizado em outubro de 1983 na cidade paulista de Araçatuba, uma das críticas apresentada pelos representantes catarinenses era o Fundo de Terras, chamado de Pró-Terra. Segundo eles, este programa beneficiaria apenas oito mil famílias em cinco anos. O governador Amim pretendia apenas "apaziguar" as tensões no campo, mas sem a participação do movimento nas resoluções sobre a questão. Não aceitava qualquer diálogo ou negociação com os movimentos ou com a CPT<sup>22</sup>. Temos, portanto, uma clara estratégia do governo catarinense para esvaziar a luta pela reforma agrária. Uma maneira de "atender" aos pobres da terra sem mexer na estrutura fundiária, sem se confrontar com grandes proprietários de áreas ociosas ou mal aproveitadas que já estavam sendo levantadas pelo movimento dos sem-terra na região.

Em janeiro de 1984 foi realizado o Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel, no Paraná. De acordo com a bibliografia relacionada à formação do MST nacional, esse foi o encontro oficial do movimento articulado que conhecemos hoje. Antes denominado pela CPT e pela imprensa de Movimento dos Sem Terra, passou a chamar Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a sigla MST. A partir de então, a bandeira de luta mais significativa do movimento deixou de ser "Terra para quem nela trabalha" para "Terra não se ganha, se conquista", apontando o caráter mais incisivo do movimento e um amadurecimento com relação às concepções de direito à terra. Nesse encontro foram traçados os princípios gerais do nascente movimento articulado nacionalmente: lutar pela reforma agrária já; lutar por uma sociedade mais justa e igualitária e acabar com o capitalismo; reforçar a luta pela terra com a participação de todos os trabalhadores rurais; que a terra esteja em mãos de quem nela trabalha; e por fim, a busca da autonomia do movimento, independente da igreja ou do sindicato<sup>23</sup>.

O termo "sem-terra" não era novo. Já fora utilizado pelo MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), movimento de luta pela terra no Rio Grande do Sul na década de 1960, com características diferentes daquele novo movimento que nascia no início da década de 1980. Também era utilizado pelos governantes, pelos sindicalistas e principalmente pela ala progressista da igreja católica desde os anos 1960, mas faziam referência a uma condição material ao descreverem a população rural pobre não proprietária, principalmente dentro do debate da reforma agrária. Todavia, com o uso na organização de

<sup>19</sup> *Cheiro de Terra*, n.º 18, maio/junho de 1982.

<sup>20</sup> Carta do primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra. *Cheiro de Terra*, n.º 21, dezembro de 1982.

<sup>21</sup> *Jornal Gazeta Mercantil*, 22 de dezembro de 1983.

<sup>22</sup> Documento do Encontro dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul. Araçatuba-SP, 29 e 30 de outubro de 1983. CEOM-SC.

<sup>23</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. "Princípios". Material impresso, [1984]. CPT-SC.

milhares de trabalhadores rurais que não possuíam terras próprias, a palavra ganhou uma conotação de identidade. Expropriados da terra por diversos processos passaram a se identificar como "sem-terra" em contraposição à ineficiente reforma agrária do governo. Assim, o termo mais do que uma condição material, ganhava um sentido político. Se identificar como tal significava se reconhecer parte da luta pela terra, pela justiça social.

Após o encontro nacional, as organizações de base e regionais continuaram seus trabalhos, o que era uma das orientações do movimento. No oeste de Santa Catarina, não era fácil organizar o movimento devido às políticas do governo como o Pró-Terra, a desunião em algumas comunidades, a pressa dos que queriam terra e a pressão dos grandes proprietários contra o movimento. Não obstante esses impasses, o movimento ganhava força política e aprendia que a reforma agrária "na lei" deveria ser conquistada "na marra": *"Até hoje, os sem terra que conseguiram suas terras através da aplicação do Estatuto da Terra, conquistaram suas terras, invadindo áreas desocupadas que o Governo desapropriou depois e tituló a terra para os colonos que invadiram estas áreas"*<sup>24</sup>.

O direito à terra era concebido pelo movimento como algo a ser exigido a partir de uma luta coletiva, na qual só as ocupações em massa de terras improdutivas alcançariam a real reforma agrária pretendida pelos trabalhadores rurais pobres. Além das multinacionais agrícolas e dos grandes proprietários de terras, que eram o antagonismo social dos sem-terra, o maior inimigo identificado era o governo que não aplicava a lei existente, através de uma reforma que realmente beneficiasse os pobres da terra, enquanto outros se deleitavam com incentivos fiscais e grandes extensões de terras.

### 1985: a ordem é ocupar

Com a formalização do MST Nacional no início de 1984, as regionais do movimento intensificaram seus trabalhos. Em Santa Catarina, além da adesão de novos municípios, o movimento fez a primeira manifestação pública em frente à sede do INCRA em Florianópolis, no dia 26 de julho. Na mesma ocasião, os representantes do MST catarinense estiveram em uma audiência com o governador do estado, Esperidião Amin, e o coordenador regional do INCRA, apresentando um levantamento de latifúndios improdutivos passíveis de desapropriação no estado. No entanto, não houve nenhuma iniciativa por parte das autoridades em decretar desapropriações<sup>25</sup>.

Era um ano muito importante para o país, pois um novo presidente seria eleito. Sob uma crise econômica nacional o governo de Figueiredo estava enfraquecido. Diversas camadas da sociedade clamavam pelas "Diretas Já!". As principais capitais brasileiras foram tomadas por multidões contrárias ao regime e que exigiam eleições diretas para presidente e uma Constituinte. O que houve foi uma substituição dessa proposta por uma campanha

pró-eleitoral de Tancredo Neves pelo voto indireto aprovado pelo Congresso, a partir de um arranjo político e conservador que levava a termo o regime militar, mas denunciava uma transição pactuada com o autoritarismo, evitando rupturas radicais.

O I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Curitiba entre os dias 29 e 31 de janeiro, aconteceu, portanto, na recente Nova República. O MST esperava do novo governo democrático uma rápida ação em favor dos sem-terra, anunciando e aplicando o Plano Nacional de Reforma Agrária, o PNRA, anunciado por Tancredo em sua campanha. Uma das principais finalidades do encontro era mostrar para a opinião pública a força e o grau de organização dos trabalhadores rurais, denunciando a situação de exploração e miséria enfrentada no campo. Se a situação não mudasse, a orientação do congresso era de que se ocupassem imediatamente as terras ociosas e públicas. A ocupação de terras foi, então, considerada uma das principais estratégias do movimento<sup>26</sup>.

Em 1985 José Sarney ao assumir a presidência do Brasil, substituindo Tancredo Neves que faleceu antes da posse. Criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), entregando a esta pasta e ao INCRA a missão da elaboração do PNRA. Os proprietários de terras se sentiram ameaçados, articulando uma campanha contra o plano, acusando o MIRAD e o INCRA de serem antros de comunistas. Essa pressão não demorou em dar resultados. Doze versões foram feitas do PRNA. A versão final foi escrita por Fábio Luchese, conhecido advogado defensor de latifundiários no Pontal do Parapanema, local de intensos conflitos de terras. Mais uma vez uma verdadeira reforma agrária seria protelada<sup>27</sup>.

Diante da imobilidade das autoridades estaduais e nacionais, o MST de Santa Catarina seguiu a orientação dada no I Congresso Nacional. Organizou a maior ocupação realizada até aquele momento, com ações simultâneas em diversos municípios do oeste do estado.

O Movimento dos Sem Terra de Santa Catarina, depois de ver esgotadas todas as tentativas de encaminhamento da solução do problema de milhares de famílias sem terra e de alertar as autoridades para a grave situação, além de encaminhar sugestões, partiu para uma ação conjunta a fim de não só chamar a atenção das AUTORIDADES para a questão como também solucionar o problema por seus próprios meios, ou seja: ocupar os latifúndios ociosos e improdutivos na região onde se verifica o maior índice de sem terra<sup>28</sup>.

Aproveitaram a data da festa de Nossa Senhora de Caravaggio na cidade de Guaraciaba, 25 de maio, que

<sup>24</sup> Relatório do Encontro dos Sem Terra em Maravilha - Santa Catarina. 15 e 16 de maio de 1984. CPT-SC

<sup>25</sup> MST-SC. Acampados exigem cumprimento do acordo, 1985. CPT-SC.

<sup>26</sup> MST, Secretaria Regional Sul. Boletim de divulgação do I Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, janeiro de 1985. CPT-SC.

<sup>27</sup> Uma interessante discussão sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) está presente na obra VEIGA, José Eli da. *A reforma que virou suco*. Uma introdução ao dilema agrário do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

<sup>28</sup> MST. SC. Acampados exigem cumprimento do acordo, 1985.

atrai muitos peregrinos e ocultaria as movimentações. As ocupações se estenderam até o dia 31 do mesmo mês. Os sem-terra chegavam de madrugada, em cima das carroceiras de caminhões. Foram ocupadas dezesseis áreas, localizadas em sete municípios: São Miguel do Oeste, Rome-lândia, Maravilha, Descanso, Mondai, Abelardo Luz e Quilombo. Os ocupantes, totalizando 2.000 famílias, vinham de diversas localidades da região. Era hora do governador do estado, que se dizia a favor dos "pequenos", e do governo federal, que vacilava na definitiva versão do PNRA, fazerem valer seus discursos em favor da reforma agrária.

Uma semana depois, chegaram à Florianópolis representantes do INCRA e um representante do MIRAD, para reunião com autoridades catarinenses e representantes do MST. Após 20 horas, no dia 2 de junho, assinaram um acordo em que o governador se comprometia em comprar 1000 hectares de terras para o assentamento provisório das famílias. O INCRA deveria desapropriar áreas para o assentamento definitivo. Da parte do movimento houve o comprometimento em transferir as famílias para as áreas provisórias, além da contenção de novas ocupações.

Todavia, os impasses não foram a termo de forma simples. Desde o momento das ocupações, os sem-terra enfrentavam uma grande retaliação por parte dos proprietários rurais da região. Valmor Lunardi, presidente do Sindicato Rural de Chapecó, entidade da classe patronal, advertiu que, diante da inércia das autoridades quanto ao que ocorria no Oeste Catarinense, os empregadores da região estavam preocupados e defenderiam suas propriedades contra qualquer invasão, usando a força, caso necessário. Para Lunardi, médico e fazendeiro pecuarista, o direito à propriedade privada estava sendo desrespeitado. "Quem tem terra no Oeste é porque trabalhou com competência, dedicou-se por anos a fio produzindo alimentos e capitalizou seus ganhos em imóveis rurais produtivos", declarou ao jornal *O Estado*. Do outro lado, para ele, estavam pessoas que venderam suas terras por incompetência e comodismo, se aproveitando naquele momento de terras alheias. Nas fazendas ocupadas, os proprietários colocaram homens armados para intimidar os acampados<sup>29</sup>. O governador Esperidião Amin estava entre o fogo cruzado, pressionado de ambos os lados, pois o movimento prometera resistir. Como solução imediata, fez um novo acordo com o movimento. Alugou 12,2 hectares em Abelardo Luz e comprou 166,6 hectares em São Miguel do Oeste para instalação provisória das famílias, para que elas deixassem as propriedades ocupadas e evitassem o despejo.

Apesar da situação não estar definitivamente resolvida, o acordo assinado entre o governo, o INCRA e o MST significava um grande avanço e uma vitória para o movimento. Como entidade representativa, foi citado no documento do acordo como "O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Santa Catarina", com a

assinatura dos seus representantes. A pressão exercida pela ação organizada de duas mil famílias convictas dos seus direitos à terra fez o Estado reconhecer um movimento que tomava fôlego na vida política do país, além de desmistificar a ideia de que em Santa Catarina não havia problemas de terra.

A Reforma Agrária em Santa Catarina está sendo feita pelos Sem Terra, na terra e não no papel. As ocupações mostraram para a opinião pública, para as autoridades, o governo e os Ministérios, os políticos, que o Estado possui uma batelada de problemas de Terra e do mesmo jeito que os outros Estados, têm um monte de latifúndios improdutivos, só esperando Gente para fazer produzir<sup>30</sup>.

Em 27 de junho o governo estadual alugou mais uma área de 750 hectares para as famílias serem instaladas e aguardarem as desapropriações que o INCRA se comprometera em realizar até setembro daquele ano. Até a data prevista foram decretados desapropriados 13 mil dos 20 mil hectares prometidos. Apesar das desapropriações, apenas 200 famílias foram assentadas até o fim daquele ano. Em março de 1986 esse número não ultrapassou 248 famílias e em maio 580 famílias foram assentadas. O ritmo lento em que as famílias eram assentadas e as dificuldades nos acampamentos provisórios levaram mais de quinhentas famílias desistirem durante o processo. Em junho o governo federal desapropriou mais sete áreas para a continuação do assentamento das famílias restantes. Porém, outras ocupações continuavam a acontecer<sup>31</sup>.

Naquele momento se desconstruía a ideia de uma democracia fundiária em Santa Catarina, sempre anunciada em propagandas governamentais. O estado apontado como exemplo da agricultura familiar mostrou que o problema de terra no Brasil era extremo. E a conquista da terra se daria pelos próprios trabalhadores rurais sem-terra. O MST apenas começava sua longa caminhada, se transformando em um dos maiores movimentos sociais do país.

Artigo recebido em 31.3.2013

Aprovado em 4.6.2013

<sup>29</sup> Proprietários advertem que poderão usar a força. Jornal *O Estado*, 31 de maio de 1985.

<sup>30</sup> MST-SC. Acampados exigem cumprimento do acordo, 1985.

<sup>31</sup> BAZOTTI, Angelita. *Assentamento Rosário e Conquista da Fronteira: entre o coletivo e o familiar*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFPR, Curitiba, 2007, p. 47-50.